Revista Indisciplina em Linguística Aplicada

Volume 6 | Número 1 | Ano 2025
ISSN 2674-9610

Artigos/Articles

A subversão na linguagem: Registros discursivos como tecnologias de comunicação da extrema direita no Brasil

Subversion in Language: Discursive Registers as Communication Technologies of the Far Right in Brazil

Carlos Henrique Bem Gonçalves[1]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória textual do signo "kit gay" no Brasil para compreender como a extrema direita se apropria de registros discursivos consolidados em áreas como direitos humanos e ciência. A pesquisa aborda o bolsonarismo como um fenômeno político e registro discursivo que se consolida por meio da manipulação da linguagem e da produção de pânicos morais. O trabalho utiliza abordagens teórico-metodológicas de *rastreamento de trajetórias textuais* e *genealogia foucaultiana*, focando no processo de *enxertia*, no qual enunciados são inseridos em novos contextos, reconfigurando os registros discursivos. Os dados da pesquisa são compostos por 309 documentos, incluindo notas taquigráficas da Câmara dos Deputados e matérias jornalísticas de 2011 a 2020. A análise demonstra como o "kit gay" foi enxertado em discursos sobre o combate à pedofilia, a defesa da família cristã e a liberdade de expressão, ampliando sua eficácia política e sua força indexical. A pesquisa também mostra como a linguagem dos direitos humanos foi subvertida, transformando lutas históricas em álibis individuais e legitimando a violência simbólica contra grupos vulneráveis, como a população negra e LGBTI+. Conclui-se que o bolsonarismo e a extrema direita utilizam a enxertia como uma tecnologia discursiva e de comunicação política para desmontar conquistas sociais e legitimar projetos autoritários.

Palavras-Chave: bolsonarismo, enxertia, discurso, enregistramento.

[1] Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6217-3888 - E-mail: carlosbemgoncalves@gmail.com

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the textual trajectory of the sign "kit gay" in Brazil in order to understand how the far right appropriates consolidated discursive registers. The research approaches Bolsonarism as a political and discursive phenomenon that is consolidated through the manipulation of language and the production of moral panic. The work uses the concepts of textual trajectory tracking and Foucauldian genealogy, focusing on the process of grafting, in which statements are inserted into new contexts thus reconfiguring their previously consolidated registers. The research data is composed of 309 documents, including shorthand notes from the Chamber of Deputies and journalistic articles from 2011 to 2020. The analysis demonstrates how the "kit gay" was grafted into discourses about combating pedophilia, defending the Christian family, and freedom of expression, expanding its political effectiveness and its indexical force. The research also shows how the language of human rights was subverted, transforming historical struggles into individual alibis and legitimizing symbolic violence against vulnerable groups, such as the black and LGBTI+ populations. It is concluded that Bolsonarism and the far right use grafting as a discursive technology to dismantle social achievements and legitimize authoritarian practices.
Keywords: bolsonarism, grafting, discourse, enregisterment.

1. Introdução

A expressão "kit gay" se tornou um marco simbólico nas disputas ideológicas sobre educação sexual no Brasil. Inicialmente, o termo foi usado para deslegitimar um programa do Ministério da Educação (o programa "Escola Sem Homofobia"), que visava combater a homofobia nas escolas públicas. Setores conservadores, especialmente líderes religiosos, reinterpretaram a proposta educativa e seu material como uma ameaça à família e às crianças. A apropriação do termo "kit gay" evidenciou como certos discursos, mesmo que distorcidos, podem ser incorporados a registros sociais já estabelecidos legitimando agendas conservadoras, fazendo circular pânicos morais e mobilizando forças políticas.

Ao longo do debate público e da trajetória textual do "kit gay", percebeu-se uma estratégia discursiva chamada de *enxertia* (Gal, 2018;2019; Silva, 2022), através da qual a extrema direita insere suas próprias interpretações em registros discursivos consolidados, como a vasta gramática dos direitos humanos e da ciência. Essa apropriação reconfigura o significado consolidado de práticas educativas, transformando-as em símbolos de ameaça e manipulação ideológica. A análise dos efeitos sociopragmáticos na circulação do "kit gay" é crucial para entender como a linguagem funciona como instrumento de poder e como a manipulação de registros discursivos socialmente reconhecidos pode consolidar discursos de ódio no espaço público.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

O bolsonarismo pode ser entendido como um movimento de extrema direita que surgiu e se consolidou no Brasil entre os anos 2010-2020, combinando discursos conservadores, nacionalistas e moralistas com a manipulação sistemática da informação e da linguagem. O movimento busca reconfigurar o sentido de registros consolidados, como os relacionados aos direitos humanos, transformando conceitos como inclusão, diversidade e proteção de minorias em ameaças à ordem social. O bolsonarismo não se limita a uma prática eleitoral, mas se configura como uma ampla disputa ideológica em que a manipulação de registros discursivos é uma ferramenta central para a legitimação de políticas conservadoras.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar a circulação do signo "kit gay" para compreender o bolsonarismo como um regime político e um registro discursivo. A pesquisa utilizou uma metodologia que combina o rastreamento de trajetórias textuais (Blommaert, 2005; 2014) e a genealogia foucaultiana (Foucault, 2013 [1970]; 1995 [1979]) para mapear a circulação do signo em diferentes arenas sociais. O *corpus* da pesquisa foi composto por 309 documentos, incluindo notas taquigráficas da Câmara dos Deputados e textos jornalísticos da Folha de S. Paulo e do O Estado de S. Paulo, publicados entre 2011 e 2020.

O texto está organizado em seções para explorar essa dinâmica. Após esta introdução, na seção 2, reflito sobre o bolsonarismo como um regime político e um registro discursivo. Na seção 3, explico minhas escolhas metodológicas e a composição dos dados de análise. Na seção 4, discuto o conceito de enregistramento com o foco na enxertia como uma etapa fundamental na construção de registros discursivos e realizo uma análise empírica de dois textos que compõem os dados. Por fim, as considerações finais resumem as descobertas e propõem caminhos para futuras pesquisas.

2. Do Regime Político ao Registro Discursivo: A Gramática do Bolsonarismo

O bolsonarismo, mais do que a figura de Jair Bolsonaro, constitui-se como um fenômeno político e discursivo que se conecta com a ascensão global da extrema direita na última década. Trata-se de uma visão de mundo ultraconservadora, pautada pelo retorno aos “valores tradicionais”, pela retórica nacionalista e patriótica e por uma profunda aversão a tudo o que remete à esquerda ou ao progressismo (Freixo; Pinheiro-Machado, 2019). No Brasil, esse processo deve ser compreendido como parte de uma crise de representação que abalou a confiança nas instituições políticas e produziu um terreno fértil para projetos autoritários (Nunes, 2022).

O bolsonarismo não pode ser reduzido a um movimento circunstancial em torno de um líder carismático. Pelo contrário, ele expressa um regime político

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

que transcende Bolsonaro como indivíduo, enraizando-se em práticas sociais, ideológicas e semióticas que reatualizam repertórios de longa duração, como o anticomunismo, o militarismo, o patriarcalismo e a defesa da família heterossexual. Esses elementos configuram uma gramática moral que organiza o mundo em binarismos rígidos: bem e mal, sagrado e profano, cidadãos de bem e inimigos a serem combatidos (Solano, 2019).

Nesse sentido, o bolsonarismo se aproxima da tradição da extrema direita ao mobilizar pânicos morais como forma de agenciamento político. O chamado "kit gay", por exemplo, tornou-se símbolo aglutinador de medos difusos em torno da sexualidade e da educação, funcionando como dispositivo discursivo para mobilizar setores sociais conservadores contra os governos do Partido dos Trabalhadores (Kalil, 2018; Miskolci, 2021). A cruzada contra a chamada "ideologia de gênero" demonstra a dimensão moral do bolsonarismo, cuja eficácia dependeu da atuação de empreendedores morais – sobretudo líderes religiosos – que ressignificaram políticas públicas de direitos humanos como ameaças à infância e à família (Corrêa, 2018).

Como observa Marina Lacerda (2019), o bolsonarismo deve ser entendido como parte de um "novo conservadorismo brasileiro", capaz de articular pautas religiosas, neoliberais e militaristas em um projeto político transnacional de extrema direita. Essa articulação foi possível, em grande medida, pela instrumentalização de ressentimentos sociais diante de conquistas parciais dos movimentos feministas e LGBTI+ durante os governos de Lula e Dilma (Borba, 2021). Assim, a retórica bolsonarista opera como reação a avanços sociais, instaurando uma narrativa de ameaça permanente e de necessidade de defesa contra inimigos internos.

Por isso, é possível afirmar que o bolsonarismo se organiza como um regime político que moraliza o debate público e deslegitima instituições democráticas, apresentando adversários não apenas como opositores políticos, mas como inimigos a serem eliminados. A radicalização discursiva, marcada pelo uso de desinformação, *fake news* e ataques sistemáticos ao jornalismo, às universidades e às instituições democráticas, como o Supremo Tribunal Federal (STF), insere-se nesse horizonte mais amplo de erosão democrática e autoritarismo (Mello, 2020; Silva, 2022).

Em síntese, o bolsonarismo e a extrema direita no Brasil compõem um campo discursivo e político que conjuga estratégias locais e transnacionais, ancorando-se em práticas morais, religiosas e midiáticas que constroem inimigos internos e fragilizam o espaço público democrático. Sua força reside não apenas em estruturas de poder político, mas na circulação de registros discursivos que performam a ordem social desejada e naturalizam desigualdades, autoritarismos e exclusões.

Se o bolsonarismo se consolidou como regime político, isso se deve, em grande medida, ao papel central da linguagem na constituição de práticas sociais

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

e na mobilização de afetos. A linguagem não é apenas um instrumento neutro de comunicação, mas uma forma de ação no mundo, dotada de efeitos performativos que moldam realidades e instituem regimes de verdade (Foucault, 2013 [1970]). Tal compreensão rompe com visões referencialistas da linguagem, segundo as quais as palavras apenas designariam ou descreveriam fatos pré-existentes. Pelo contrário, como mostram Austin (1962) e Butler (2019), o dizer é também um fazer, capaz de produzir efeitos sociais, políticos e subjetivos.

No campo político, o discurso não apenas transmite informações, mas organiza práticas e identidades, atribui legitimidade a determinadas agendas e silencia outras. Nesse sentido, o discurso político deve ser entendido como uma arena performativa, na qual se constroem inimigos, alianças e afetos que orientam modos de agir coletivos. Como observa Borba (2021), os discursos de ódio e de ataque a direitos LGBTI+ não se limitam a expressar opiniões conservadoras, mas performam exclusões e instauram mundos possíveis onde determinadas vidas são vistas como menos dignas de proteção.

O bolsonarismo exemplifica de modo contundente essa performatividade da linguagem. O signo “kit gay”, inventado e mobilizado por Bolsonaro a partir de 2011, não descrevia um objeto existente, mas instaurava uma realidade discursiva em que a escola e os movimentos sociais apareciam como ameaças à família, à infância e à nação. Essa fabricação discursiva de inimigos internos mobilizou pânicos morais e reorganizou o campo político em torno de dicotomias rígidas, permitindo que a extrema direita se apresentasse como guardiã da moral e da nação (Corrêa, 2018; Miskolci, 2021). Assim, a linguagem não apenas refletiu uma disputa política, mas foi ela própria o dispositivo que possibilitou a emergência e a consolidação do bolsonarismo.

A dimensão performativa do discurso político também se revela na constituição de afetos coletivos. Como argumenta Borba (2021), a circulação de discursos marcados pelo nojo, pela repulsa e pelo ódio foi fundamental para a intensificação da homofobia no Brasil contemporâneo. Tais discursos não apenas descrevem sentimentos, mas os produzem, orientando comportamentos e legitimando violências. É nesse ponto que a linguagem se mostra como ação: ao nomear, acusar e ameaçar, cria condições de possibilidade para perseguições e exclusões.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o caráter performativo da linguagem implica em sua historicidade e materialidade. Os discursos não circulam no vazio, mas se entrelaçam a instituições, mídias e tecnologias digitais que amplificam e recontextualizam enunciados. A ascensão do bolsonarismo foi favorecida por uma rede de retransmissão discursiva que envolveu parlamentares, pastores evangélicos, jornalistas e influenciadores digitais, potencializando a linguagem como prática social situada, atravessada por ideologias e relações de poder (Blommaert, 2005; Gal, 2018, 2019).

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

Portanto, compreender a linguagem como forma de ação é fundamental para explicar a força política do bolsonarismo. O poder de seu discurso não reside na correspondência com fatos, mas na capacidade de produzir efeitos de realidade, reorganizar identidades sociais e naturalizar hierarquias. Ao operar performativamente, a linguagem bolsonarista não apenas descreveu um inimigo, mas o criou, dando forma a um regime político que se sustenta em registros discursivos autoritários e excludentes.

Sendo assim, é necessário compreender os processos sociolinguísticos que permitem a estabilização de determinadas formas de dizer e sua circulação em arenas diversas. Nesse ponto, os conceitos de registro discursivo (Agha, 2007; Silverstein, 2016) e enregistramento (Gal, 2018; 2019) são fundamentais para analisar o bolsonarismo. Um registro discursivo pode ser entendido como um conjunto relativamente estabilizado de recursos linguísticos, estilos e formas performativas que, em sua circulação histórica, adquirem valores sociais e ideológicos específicos (Agha, 2003; 2005). Ao serem reiterados em contextos distintos, esses repertórios deixam de ser enunciados singulares e passam a configurar convenções sociais, vinculando práticas de linguagem a identidades, afetos e posições políticas. Em outras palavras, um registro discursivo não é apenas um modo de falar, mas um modo de agir socialmente reconhecido e legitimado.

O processo de formação desses registros é descrito por Susan Gal (2018; 2019) como enregistramento: o movimento pelo qual elementos linguísticos e discursivos ganham visibilidade, são indexicalizados e associados a valores culturais, morais e políticos. Esse processo não é linear, mas atravessado por disputas, recontextualizações e embates ideológicos. Ao longo de sua trajetória, um registro pode ser descontextualizado de seu uso socialmente estabilizado e reentextualizado em novos ambientes comunicativos, adquirindo novos sentidos e consolidando práticas discursivas mais amplas.

No caso do bolsonarismo, o signo “kit gay” constitui um exemplo paradigmático desse processo. Inventado como rótulo para deslegitimar uma política pública de enfrentamento à homofobia nas escolas, o signo foi reiteradamente entextualizado em discursos parlamentares, sermões religiosos e reportagens midiáticas, até se consolidar como índice de ameaça moral. Nesse movimento, o “kit gay” deixou de se referir a um material pedagógico inexistente para se tornar um emblema discursivo de um suposto projeto de destruição da família e da nação. Assim, seu enregistramento produziu um registro discursivo específico do bolsonarismo: o da mobilização de pânicos morais em torno da sexualidade e do gênero.

Portanto, pensar o bolsonarismo como regime político implica reconhecê-lo também como registro discursivo, isto é, como um conjunto de práticas estabilizadas que orientam modos de agir, sentir e pensar. O enregistramento de signos como o “kit gay” demonstra como a linguagem performa realidades

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

sociais e, ao mesmo tempo, se estabiliza em formas reconhecíveis de ação política. A análise do bolsonarismo exige superar explicações que o reduzam a um fenômeno conjuntural, atrelado exclusivamente à figura de Jair Bolsonaro. Como apontam Lacerda (2019) e Nunes (2022), trata-se de um processo mais amplo, enraizado em crises de representação política, na reorganização do conservadorismo brasileiro e na circulação de discursos de ódio em escala transnacional.

Nesse sentido, o bolsonarismo pode ser tipificado tanto como regime político quanto como registro discursivo, pois articula dimensões institucionais, práticas sociais e formas estabilizadas de linguagem. Enquanto regime político, o bolsonarismo se articula em torno da corrosão das instituições democráticas, no ataque sistemático a direitos humanos e na produção de inimigos internos. Esse regime se caracteriza por uma lógica autoritária que mobiliza a moralidade sexual e religiosa como fundamento para redefinir o espaço público. Como observa Borba (2021), os discursos de ódio anti-LGBTI+ não funcionam apenas como opinião, mas como instrumentos que produzem exclusões concretas, legitimando violências e orientando políticas estatais. A força do bolsonarismo está em instituir uma gramática política que naturaliza a desigualdade e transforma a retórica da ameaça em ação governamental.

Por outro lado, compreendê-lo como registro discursivo é fundamental para captar os mecanismos semióticos que asseguram sua continuidade. O enregistramento de signos como o “kit gay” nos ajuda a entender que o bolsonarismo não opera apenas no nível institucional, mas também na circulação de formas linguísticas que indexam valores culturais. O discurso bolsonarista mobiliza repertórios reiterados - a defesa da família, o combate ao comunismo, o apelo à pátria - que funcionam como recursos reconhecíveis de identificação e alinhamento político (Gal, 2019; Agha, 2007).

Assim, a tipificação do bolsonarismo como regime político e registro discursivo não é redundante, mas necessária para compreender sua complexidade. De um lado, há a dimensão institucional, com impacto direto na democracia brasileira; de outro, há a dimensão semiótica, que garante a reprodução social e circulação amplificada de suas ideologias. O cruzamento dessas dimensões explica por que, mesmo após a derrota eleitoral de 2022, práticas e discursos bolsonaristas continuam circulando, alimentando redes de extrema direita que disputam sentidos no campo político e social.

https://revistas.ufri.br/index.php/rila/index

3. Rastreamento de Trajetórias Textuais e Genealogia: Uma metodologia híbrida para a análise da extrema direita

A escolha metodológica desta pesquisa partiu do reconhecimento de que o bolsonarismo, compreendido como regime político e registro discursivo, não pode ser analisado por meio de modelos lineares que reduzam sua emergência a causas únicas ou a narrativas deterministas. Pelo contrário, sua consolidação dependeu da circulação de enunciados, da recontextualização de discursos e da produção de pânicos morais que se deslocaram por diferentes arenas sociais e midiáticas. Diante disso, optei por articular duas abordagens complementares: o rastreamento de trajetórias textuais (Blommaert, 2005; 2014) e a genealogia foucaultiana (Foucault, 2013 [1970]; 1995 [1979]).

O rastreamento de trajetórias textuais permite acompanhar a circulação de signos em contextos múltiplos, reconhecendo que textos e discursos não são estáticos, mas se deslocam no tempo e no espaço, sofrendo processos de descontextualização e recontextualização. Essa perspectiva possibilita compreender como enunciados aparentemente locais, como a invenção do "kit gay" em discursos parlamentares de 2011, adquirem novas camadas de sentido ao serem retomados por jornais, líderes religiosos ou influenciadores digitais, até consolidarem-se como índices de ameaça moral. Assim, o método busca mapear os percursos desses textos, observando como eles são reentextualizados em diferentes arenas e quais valores sociais passam a indexar.

Complementarmente, a genealogia, nos termos de Michel Foucault, oferece uma lente para investigar as condições históricas que tornam possível a emergência desses discursos. Trata-se de recusar narrativas teleológicas ou causais e, em vez disso, descrever a dispersão, as descontinuidades e as regularidades que compõem uma formação discursiva. No caso do bolsonarismo, a genealogia permite examinar como práticas discursivas sobre gênero e sexualidade, inicialmente mobilizadas em disputas locais, foram sendo reorganizadas em uma estratégia política mais ampla, atravessada por disputas de poder, interesses institucionais e embates midiáticos.

A combinação entre trajetórias textuais e genealogia, portanto, sustenta a perspectiva metodológica deste trabalho: rastrear com o signo "kit gay" circulou, se transformou e se consolidou, ao mesmo tempo em que se analisa as condições históricas e sociais que possibilitaram essa circulação. Essa dupla abordagem não busca reconstruir uma história linear do bolsonarismo, mas compreender os processos de enregistramento que estabilizaram seu registro discursivo e forneceram a base para sua atuação como regime político.

O *corpus* desta pesquisa foi constituído a partir de duas frentes principais de geração de dados: (i) notas taquigráficas da Câmara dos Deputados e (ii) textos jornalísticos publicados na mídia hegemônica, especificamente nos

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. A opção por essas fontes se justifica porque ambas foram arenas privilegiadas para a circulação e consolidação do signo "kit gay" como elemento central da gramática discursiva do bolsonarismo.

No caso da Câmara dos Deputados, realizei o levantamento de pronunciamentos disponíveis no Banco de Dados de Notas Taquigráficas, acessado no portal eletrônico do Legislativo Federal. Foram selecionados discursos proferidos tanto no Plenário quanto nas Comissões Temáticas, no período de 2011 a 2020, sempre a partir da ocorrência da expressão "kit gay". O resultado dessa pesquisa abrangeu 111 pronunciamentos, distribuídos entre falas de parlamentares da chamada "bancada da Bíblia", da "bancada da Bala" e de outros grupos conservadores, bem como de deputados progressistas que responderam ou se posicionaram em defesa do programa Escola Sem Homofobia. Esses dados permitem observar como o signo foi mobilizado inicialmente no espaço legislativo, operando como marcador discursivo na construção de pânicos morais.

Já no campo midiático, procedi à coleta sistemática de matérias publicadas em dois dos principais jornais de circulação nacional: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Para tanto, utilizei as ferramentas de busca digital disponibilizadas nos portais *online* desses veículos, restringindo o levantamento ao período de 2011 a 2020 e utilizando como palavra-chave o termo "kit gay". Essa estratégia resultou na seleção de 112 textos publicados pela Folha de S. Paulo e 86 textos veiculados pelo Estado de S. Paulo, incluindo editoriais, reportagens, colunas de opinião e entrevistas. Essa diversidade de gêneros jornalísticos permitiu observar como o signo circulou em diferentes formatos e foi ressignificado ao longo do tempo.

Em conjunto, o *corpus* analisado totaliza 309 documentos, entre pronunciamentos parlamentares e textos jornalísticos, nos quais o "kit gay" aparece como signo central. A amplitude desse material possibilita investigar tanto a dimensão institucional (no âmbito legislativo) quanto a dimensão midiática (na imprensa), evidenciando como os discursos se entrelaçaram e se reforçaram mutuamente.

A constituição desse *corpus* também se apoia no princípio do rastreamento de trajetórias textuais (Blommaert, 2005), que pressupõe acompanhar o deslocamento de enunciados entre diferentes arenas sociais. Assim, a geração dos dados não visou apenas ao acúmulo quantitativo de ocorrências, mas à possibilidade de reconstruir a trajetória discursiva do signo "kit gay", observando como ele foi entextualizado, recontextualizado e aglutinado a valores ideológicos centrais do bolsonarismo.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

4. A enxertia como tecnologia discursiva: Análise do "kit gay"

Para compreender como determinados enunciados se consolidam como práticas reconhecíveis e estabilizadas de linguagem, é necessário retomar o conceito de enregistramento (Agha 2003; 2007; Gal, 2018; 2019). Ele refere-se ao processo pelo qual formas de linguagem, estilos e práticas discursivas tornam-se associadas a valores sociais e ideológicos, adquirindo legitimidade como registros. Um registro discursivo não se limita a um conjunto de formas linguísticas, mas constitui um repertório socialmente reconhecido que indexa modos de agir e de se posicionar em contextos específicos (Agha, 2007).

Segundo Gal (2018; 2019), o enregistramento atua como um processo histórico e político de produção de sentidos, atravessado por disputas e recontextualizações. Nesse processo, formas discursivas deixam de ser enunciados isolados para se converter em índices de valores coletivos, circulando por diferentes arenas e adquirindo força performativa. Assim, registros discursivos não emergem espontaneamente, mas resultam de lutas simbólicas que estabilizam certos modos de dizer e silenciamentos correlatos. Esse processo pode ser descrito em três dimensões principais: vinculação, retransmissão e enxertia (Gal, 2018; 2019; Silva, 2022).

A *vinculação* é o momento em que signos específicos passam a ser associados a significados sociais, identitários ou políticos. Trata-se de um processo de indexicalização pelo qual determinadas expressões adquirem força moral ou ideológica. No caso do bolsonarismo, a expressão “kit gay” foi vinculada desde o início à ameaça à infância e à destruição da família, produzindo um elo discursivo entre um suposto material pedagógico e a corrupção moral da sociedade (Miskolci, 2021; Corrêa, 2018).

A segunda dimensão é a da *retransmissão*, em que esses signos circulam em diferentes espaços sociais e midiáticos, ampliando seu alcance. A retransmissão implica em processos de entextualização e reentextualização: o enunciado é deslocado de um contexto e reinscrito em novas arenas discursivas, adquirindo novos sentidos (Blommaert, 2005; Silverstein; 1979). O “kit gay”, por exemplo, extrapolou o espaço legislativo e foi retomado em sermões religiosos, reportagens jornalísticas e redes sociais digitais, tornando-se cada vez mais reconhecível como signo de ameaça moral.

Por fim, a *enxertia* corresponde ao momento em que esses signos, já consolidados, são transplantados para novos contextos discursivos. A enxertia permite que um enunciado seja mobilizado em disputas diversas, conectando campos aparentemente desconexos. Assim, o “kit gay” foi enxertado em debates sobre educação, religião, corrupção e campanhas eleitorais, funcionando como índice polivalente capaz de sustentar acusações e mobilizar ressentimentos.

Essas três dimensões mostram que o enregistramento não é um processo linear, mas uma dinâmica de estabilização de sentidos atravessada por disputas ideológicas e performativas. Neste artigo, contudo, o foco analítico recairá sobre

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

a etapa da *enxertia*. Essa escolha se justifica porque é justamente na enxertia que se observa a capacidade do bolsonarismo de expandir seus signos para além dos contextos em que registros estão consolidados, infiltrando-os em novas arenas e garantindo sua continuidade como registro discursivo. Embora seja apenas uma das etapas do enregistramento, a enxertia aponta para a plasticidade e o poder de difusão do bolsonarismo, mostrando como ele se consolida como regime político e registro discursivo.

O pronunciamento do Deputado Federal Eros Biondini, à época no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB/MG) e, hoje, no Partido Liberal (PL/MG), realizado em 18 de maio de 2011 no plenário da Câmara dos Deputados, insere-se em um momento decisivo da circulação do signo "kit gay".

> Sr. Presidente, esta Casa e o Congresso Nacional não podem deixar passar em branco o **Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, celebrado hoje. Como *representante da Renovação Carismática Católica*, participante da Pastoral da Criança, da Pastoral da Família e da Pastoral da Sobriedade, quero também alertar os católicos desta Casa, que, com certeza, também participam de **movimentos de defesa da vida**, para que fiquem atentos a um movimento, que, muito mais que lutar contra o preconceito, *pretende também modificar os conceitos relacionados à família e aos valores cristãos*. Sra. Presidente, **a luta contra a pedofilia também está diretamente ligada aos valores da família, pai, mãe e estrutura**, como temos na Constituição. A CNBB e os movimentos constituídos têm manifestado preocupação tanto com a movimentação desse **kit que está sendo distribuído nas escolas e que faz apologia a práticas homossexuais**, como também com projetos que tramitam no Congresso Nacional e que, muito mais do que combater o preconceito, **querem, sim, tolher aqueles que se manifestam e desejam criar seus filhos orientando-os heterossexualmente.** Os católicos que aqui estão, *a bancada católica e a bancada evangélica* têm que se mobilizar e estar atentos, sobretudo em relação a **esse kit que está sendo distribuído nas escolas públicas do Brasil pelo Ministério da Educação**.(Deputado Eros Biondini, 18/05/2011, plenário câmara, *grifos meus*).

O contexto é o da mobilização de parlamentares conservadores contra o programa Escola Sem Homofobia, iniciativa do Ministério da Educação em parceria com organizações da sociedade civil, que tinha como objetivo capacitar professores para combater a homofobia nas escolas públicas. Desde 2010, esse programa vinha sendo alvo de ataques sistemáticos por setores religiosos católicos e evangélicos, que reinterpretaram os materiais educativos como uma ameaça à família e à infância.

O discurso do Deputado é representativo da forma como o "kit gay" foi apropriado pela chamada "Bancada da Bíblia" e mobilizado em plenário como estratégia de pânico moral. O deputado, ao associar-se explicitamente à Renovação Carismática Católica e a pastorais da Igreja, reforça sua autoridade religiosa e transfere esse ethos para o campo político. Assim, constrói-se um espaço discursivo no qual o parlamento se torna lugar de defesa da fé e da moral

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

cristã, deslocando o debate do terreno das políticas públicas para a arena da luta moral e religiosa.

Nesse sentido, o discurso do Deputado é exemplar para compreender a enxertia, pois nele observamos como o signo “kit gay” descontextualiza uma política pública e, deslocando-a de seu contexto original — um programa governamental de combate à homofobia —, a enxerta em um discurso religioso-político que associa homossexualidade à pedofilia, à destruição da família e à perseguição a cristãos. O processo de enxertia se manifesta, no excerto, de três formas principais: (i) a associação do “kit gay” a um calendário oficial; (ii) sua conexão com valores religiosos e familiares; e (iii) sua instrumentalização como ameaça à liberdade de expressão de cristãos.

Em primeiro lugar, a fala ocorre durante a lembrança do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O deputado introduz o “kit gay” em um momento solene, de caráter consensual, deslocando o signo para dentro de um discurso sobre pedofilia. Essa estratégia discursiva amplia o escopo de ameaça do “kit gay”: não se trata apenas de um material escolar inadequado, mas de algo equiparado ao abuso sexual infantil. A enxertia ocorre na fusão entre campos semânticos distintos — políticas educacionais e crimes sexuais — produzindo uma equivalência que jamais existiu no plano factual.

Em segundo lugar, o deputado mobiliza sua identidade religiosa, apresentando-se como membro da Renovação Carismática Católica e de várias pastorais. O “kit gay” é, então, enxertado no universo da defesa da família cristã, sendo descrito como contrário aos valores constitucionais de “pai, mãe e estrutura” da família nuclear heterossexual. Esse deslocamento amplia novamente os sentidos do signo, que passa a operar como marcador do confronto entre cristãos e forças que “querem modificar os conceitos relacionados à família e aos valores cristãos”. A enxertia, nesse caso, conecta o discurso legislativo ao repertório religioso-moral, produzindo legitimidade para a denúncia.

Por fim, o “kit gay” aparece como ameaça à liberdade dos pais e dos cristãos em orientar seus filhos. O deputado afirma que o programa buscaria “tolher aqueles que se manifestam e desejam criar seus filhos orientando-os heterossexualmente”. Nessa formulação, o signo é enxertado em um debate sobre direitos individuais, invertendo o sentido original da política de combate à homofobia: de instrumento de proteção, ela se torna mecanismo de perseguição. O efeito dessa enxertia é reposicionar o Estado não como garantidor de direitos, mas como agente de opressão contra valores religiosos. Essas três operações discursivas demonstram a plasticidade da enxertia. O “kit gay” é transplantado de seu contexto de origem e mobilizado em campos diversos: combate à pedofilia, defesa da família cristã, liberdade religiosa adquirindo novas camadas de sentido e ampliando sua eficácia política.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

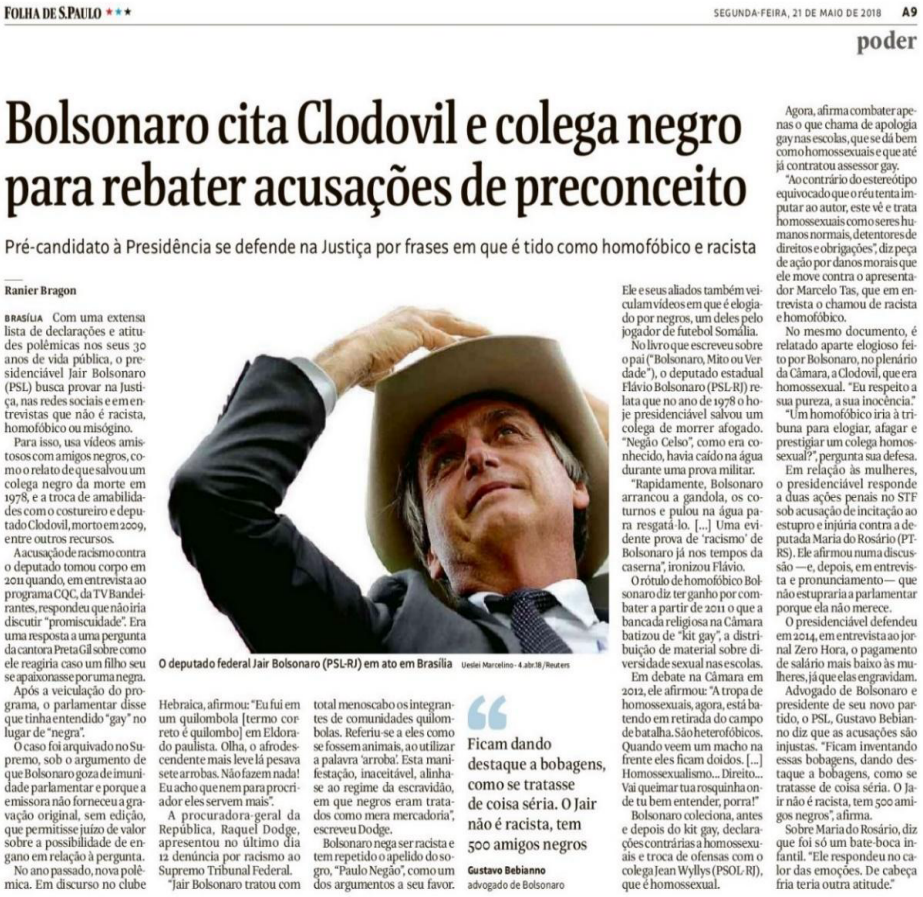
Nesse trajeto textual, o vínculo entre enxertia e indexicalidade é central para compreender o funcionamento do discurso de Biondini. A indexicalidade, conforme definido por Silverstein (2003) e retomado por Gal (2018), refere-se à capacidade de formas linguísticas apontarem para valores sociais e ideológicos. Nesse sentido, o "kit gay" funciona como índice: não designa um objeto real, mas aponta para um campo semântico e moral de ameaça.

No discurso do Deputado, a enxertia intensifica a força indexical do signo ao conectá-lo a diferentes valores e arenas discursivas. Ao ser associado à pedofilia, o "kit gay" indexa perigo e crime. Ao ser vinculado à família cristã, indexa degeneração moral e afronta aos valores religiosos. Ao ser apresentado como ataque à liberdade dos pais, indexa perseguição e injustiça. Em todos os casos, a força política do enunciado não reside em sua veracidade, mas em sua capacidade de indexar medos difusos e organizar identidades coletivas em torno de uma gramática moral do bolsonarismo.

Assim, a enxertia funciona como mecanismo que multiplica os potenciais indexicais de um signo. Cada novo contexto de inserção adiciona valores sociais, amplia sua circulação e consolida-o como elemento central de um registro discursivo mais amplo. O discurso de Biondini é exemplar nesse sentido: ele não apenas reitera o "kit gay", mas o reinscreve em novas arenas, reforçando sua posição como emblema de ameaça. Desta forma, o discurso do Deputado demonstra como a enxertia é fundamental para compreender a trajetória do "kit gay" no processo de enregistramento do bolsonarismo, uma vez que o signo não se limita a uma denúncia parlamentar sobre um programa educacional, mas se desloca continuamente, enxertando-se em registros consolidados de direitos humanos como combate à pedofilia, proteção da família, liberdade religiosa e liberdade de expressão. Esse movimento não apenas amplia seu alcance, mas intensifica sua indexicalidade, tornando-o um recurso discursivo polivalente.

Ao ser enxertado em diferentes arenas, o "kit gay" deixa de ser um termo circunscrito a um debate educacional e se torna um índice capaz de condensar múltiplos medos e ideologias. Esse processo explica sua eficácia como signo do bolsonarismo e sua centralidade no registro discursivo da extrema direita brasileira. Uma matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* em 21 de maio de 2018 acompanha a defesa de Jair Bolsonaro, então pré-candidato à Presidência, diante de acusações de homofobia e racismo. O Deputado, em processo judicial, buscava afastar a pecha de preconceituoso com base em argumentos que mobilizavam exemplos pessoais: ter tido amizade com Clodovil (deputado federal assumidamente gay), ter "amigos negros" e possuir proximidade com jogadores de futebol negros. Ao mesmo tempo, procurava reposicionar acusações contra ele como se fossem distorções, exageros ou perseguições midiáticas.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index



FOLHA DE S.PAULO ★★★ SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2018 A9

poder

Bolsonaro cita Clodovil e colega negro para rebater acusações de preconceito

Pré-candidato à Presidência se defende na Justiça por frases em que é tido como homofóbico e racista

Ranier Bragon

BRASÍLIA Com uma extensa lista de declarações e atitudes polêmicas nos seus 30 anos de vida pública, o presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) busca provar na Justiça, nas redes sociais e em entrevistas que não é racista, homofóbico ou misógino.

Para isso, usa vídeos amistosos com amigos negros, como o relato de que salvou um colega negro da morte em 1978, e a troca de amabilidades com o costureiro e deputado Clodovil, morto em 2009, entre outros recursos.

A acusação de racismo contra o deputado tomou corpo em 2011 quando, em entrevista ao programa CQC, da TV Bandeirantes, respondeu que não iria discutir "promiscuidade". Era uma resposta a uma pergunta da cantora Preta Gil sobre como ele reagiria caso um filho seu se apaixonasse por uma negra.

Após a veiculação do programa, o parlamentar disse que tinha entendido "gay" no lugar de "negra".

O caso foi arquivado no Supremo, sob o argumento de que Bolsonaro goza de imunidade parlamentar e porque a emissora não forneceu a gravação original, sem edição, que permitisse juízo de valor sobre a possibilidade de engano em relação à pergunta.

No ano passado, nova polêmica. Em discurso no clube Hebraica, afirmou: "Eu fui em um quilombola [termo correto é quilombo] em Eldorado paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais".

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apresentou no último dia 12 denúncia por racismo ao Supremo Tribunal Federal.

"Jair Bolsonaro tratou com total menoscabo os integrantes de comunidades quilombolas. Referiu-se a eles como se fossem animais, ao utilizar a palavra 'arroba'. Esta manifestação, inaceitável, alinha-se ao regime da escravidão, em que negros eram tratados como mera mercadoria", escreveu Dodge.

Bolsonaro nega ser racista e tem repetido o apelido do sogro, "Paulo Negão", como um dos argumentos a seu favor.

O deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ) em ato em Brasília Ueslei Marcelino - 4.abr.18/Reuters

> Ficam dando destaque a bobagens, como se tratasse de coisa séria. O Jair não é racista, tem 500 amigos negros
>
> **Gustavo Bebianno**
> advogado de Bolsonaro

Ele e seus aliados também veiculam vídeos em que é elogiado por negros, um deles pelo jogador de futebol Somália.

No livro que escreveu sobre o pai ("Bolsonaro, Mito ou Verdade"), o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) relata que no ano de 1978 o hoje presidenciável salvou um colega de morrer afogado. "Negão Celso", como era conhecido, havia caído na água durante uma prova militar.

"Rapidamente, Bolsonaro arrancou a gandola, os coturnos e pulou na água para resgatá-lo. [...] Uma evidente prova de 'racismo' de Bolsonaro já nos tempos da caserna", ironizou Flávio.

O rótulo de homofóbico Bolsonaro diz ter ganho por combater a partir de 2011 o que a bancada religiosa na Câmara batizou de "kit gay", a distribuição de material sobre diversidade sexual nas escolas.

Em debate na Câmara em 2012, ele afirmou: "A tropa de homossexuais, agora, está batendo em retirada do campo de batalha. São heterofóbicos. Quando veem um macho na frente eles ficam doidos. [...] Homossexualismo... Direito... Vai queimar tua rosquinha onde tu bem entender, porra!"

Bolsonaro coleciona, antes e depois do kit gay, declarações contrárias a homossexuais e troca de ofensas com o colega Jean Wyllys (PSOL-RJ), que é homossexual.

Agora, afirma combater apenas o que chama de apologia gay nas escolas, que se dá bem como homossexuais e que até já contratou assessor gay.

"Ao contrário do estereótipo equivocado que o réu tenta imputar ao autor, este vê e trata homossexuais como seres humanos normais, detentores de direitos e obrigações", diz peça de ação por danos morais que ele move contra o apresentador Marcelo Tas, que em entrevista o chamou de racista e homofóbico.

No mesmo documento, é relatado aparte elogioso feito por Bolsonaro, no plenário da Câmara, a Clodovil, que era homossexual. "Eu respeito a sua pureza, a sua inocência."

"Um homofóbico iria à tribuna para elogiar, afagar e prestigiar um colega homossexual?", pergunta sua defesa.

Em relação às mulheres, o presidenciável responde a duas ações penais no STF sob acusação de incitação ao estupro e injúria contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS). Ele afirmou numa discussão — e, depois, em entrevista e pronunciamento — que não estupraria a parlamentar porque ela não merece.

O presidenciável defendeu em 2014, em entrevista ao jornal Zero Hora, o pagamento de salário mais baixo às mulheres, já que elas engravidam.

Advogado de Bolsonaro e presidente de seu novo partido, o PSL, Gustavo Bebianno diz que as acusações são injustas. "Ficam inventando essas bobagens, dando destaque a bobagens, como se tratasse de coisa séria. O Jair não é racista, tem 500 amigos negros", afirma.

Sobre Maria do Rosário, diz que foi só um bate-boca infantil. "Ele respondeu no calor das emoções. De cabeça fria teria outra atitude."

Figura 01: Enxertia no jornal Folha de S. Paulo.
Fonte: Acervo do jornal Folha de S. Paulo.

Esse episódio exemplifica como, no espaço midiático, Bolsonaro opera a mesma estratégia discursiva de enxertia já observada no espaço parlamentar: ele se apropria de signos vinculados a registros consolidados de direitos humanos, como a luta contra a homofobia e o racismo, ressignificando-os em chave defensiva e, sobretudo, invertendo-os. O *modus operandi* da extrema-direita, e do bolsonarismo em particular, consiste em enxertar registros consolidados no campo dos direitos humanos em narrativas que, paradoxalmente, resultam em violação desses mesmos direitos.

No caso analisado, Bolsonaro mobiliza a memória de Clodovil, Deputado Federal abertamente gay, ao afirmar que não poderia ser homofóbico. Essa operação é um exemplo de enxertia: o registro discursivo da luta contra a homofobia, que tem como fundamento o reconhecimento da identidade e dignidade de pessoas LGBTI+, é transplantado para o campo da experiência pessoal de amizade, reduzindo a luta política a um argumento individualizado. Nesse movimento, a homofobia estrutural é banalizada, transformada em questão de opinião ou gosto pessoal.

Do mesmo modo, ao citar sua relação com "amigos negros", Bolsonaro desloca o registro dos direitos humanos no combate ao racismo para uma lógica

https://revistas.ufri.br/index.php/rila/index

relacional individual. A luta contra o racismo, que denuncia estruturas históricas e institucionais de desigualdade, é enxertada em exemplos pontuais de convivência cotidiana, esvaziando seu conteúdo político e histórico. Esse deslocamento opera uma inversão: quem denuncia o racismo é acusado de exagero, enquanto quem o pratica reivindica a condição de vítima de perseguição.

Por fim, a matéria mostra como Bolsonaro e sua defesa utilizam o argumento da "liberdade de expressão" para relativizar falas discriminatórias. Aqui, a enxertia aparece de maneira ainda mais clara: a linguagem dos direitos humanos, concebida como instrumento de proteção contra a violência, é transplantada para proteger o direito de violentar discursivamente. A liberdade é ressignificada como liberdade de ofender, e não como garantia de vida digna.

Essa operação discursiva demonstra como o bolsonarismo, ao instrumentalizar os registros de direitos humanos, ao invés de garanti-los, contribui para o seu esvaziamento. O processo de enxertia consiste, aqui, em capturar signos como "liberdade", "igualdade" e "respeito à diversidade" e reinscrevê-los em discursos que legitimam desigualdades. Trata-se de um movimento paradoxal: de um lado, nega-se a existência do racismo e da homofobia estruturais; de outro, naturaliza-se sua prática cotidiana. Bolsonaro, ao banalizar acusações de preconceito com frases como "tenho 500 amigos negros" ou "convivi com um colega gay", não apenas inverte a carga semântica dos registros de luta, mas também reforça os próprios regimes de exclusão que tais registros buscavam combater.

A consequência é a perpetuação de violências: o racismo é tratado como mal-entendido; a homofobia, como opinião pessoal; e os direitos humanos, como instrumentos a serviço da defesa de quem ofende, não de quem sofre a violência. A enxertia, nesse caso, mostra-se como tecnologia discursiva da extrema-direita que desmonta e reconfigura os sentidos públicos de cidadania, igualdade e dignidade.

A matéria da *Folha de S. Paulo* evidencia como o discurso de Bolsonaro, mediado pela imprensa, opera a enxertia como prática de inversão semântica. Ao mobilizar registros dos direitos humanos, ele não os reafirma, mas os subverte, esvaziando suas dimensões estruturais e reduzindo-os a experiências pessoais. Esse deslocamento transforma lutas históricas em álibis individuais, ao mesmo tempo em que legitima práticas discriminatórias como meras expressões de opinião.

Assim, a análise mostra que a enxertia é uma habilidade central do bolsonarismo em inverter significados no uso da linguagem: um mecanismo de captura e reconfiguração de registros discursivos que garante a continuidade da violência simbólica contra negros e LGBTI+. Ao mesmo tempo em que se apropria da linguagem dos direitos humanos, o bolsonarismo a converte em

https://revistas.ufri.br/index.php/rila/index

instrumento de banalização da vida, perpetuando o racismo estrutural e a homofobia cotidiana na esfera pública.

5. Os limites da linguagem: Conclusões sobre a enxertia e a reconfiguração de registros discursivos

A análise conduzida ao longo deste estudo evidenciou como a extrema direita brasileira tem se apropriado de registros discursivos consolidados, especialmente aqueles relacionados aos direitos humanos, reconfigurando seus sentidos e mobilizando agendas políticas específicas. O conceito de enxertia, aqui retomado da perspectiva da Antropologia Linguística, mostrou-se particularmente útil para compreender essa prática: ao inserir enunciados e interpretações em registros previamente estabelecidos, a extrema direita consegue inverter significados, transformando discursos de proteção e inclusão em ferramentas de exclusão e estigmatização.

Nos exemplos analisados, percebe-se que a luta contra o racismo e a homofobia, tradicionalmente reconhecida como parte dos direitos humanos, é frequentemente reinterpretada como um ataque à liberdade de expressão ou como favorecimento de determinados grupos em detrimento de outros. Essa estratégia discursiva evidencia a capacidade de atores políticos de operar sobre o enregistramento, manipulando registros socialmente reconhecidos e produzindo efeitos ideológicos específicos, alinhados a uma agenda conservadora e autoritária.

Além disso, a análise reforça que a enxertia não ocorre de forma isolada: ela depende da circulação de discursos, da mediação de plataformas midiáticas e do contexto sociopolítico em que se insere. Ao capturar e redestribuir registros consolidados, a extrema direita consegue legitimar suas interpretações e normalizar uma reconfiguração do debate público sobre direitos humanos, muitas vezes sob a aparência de racionalidade ou defesa de valores tradicionais.

Portanto, compreender a enxertia é fundamental para a investigação das dinâmicas políticas contemporâneas, pois nos ajuda a compreender como o poder se articula não apenas por meio de ações materiais, mas também pela manipulação estratégica da linguagem. O estudo aqui apresentado contribui para a compreensão das práticas discursivas da extrema direita no Brasil, destacando a importância de análises críticas que considerem tanto a circulação dos registros quanto os efeitos ideológicos produzidos pela sua reconfiguração. Futuras pesquisas podem aprofundar a investigação sobre os mecanismos de resistência e ressignificação desses registros, especialmente no âmbito da sociedade civil, da educação e das mídias digitais.

Referências

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

AGHA, Asif. The social life of a cultural value. **Language and Communication**, v. 23, n. 3-4, p. 231-273, 2003.

AGHA, Asif. Semiosis across encounters. **Journal of Linguistic Anthropology**, v. 15, n. 1, p. 1-5, 2005.

AGHA, A. **Language and social relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BLOMMAERT, J. **Discourse: a critical introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BLOMMAERT, J. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. **Tilburg Papers in Culture Studies**, paper 103, 2014.

BORBA, Rodrigo. Disgusting politics: Circuits of affects and the making of Bolsonaro. **Social Semioticsi**, 2021.

BUTLER, Judith. Ideologia anti-gênero e a crítica secular em Saba Mahmood. **Debates do NER**, ano 19, n. 36, p. 219-235, ago./dez. 2019.

CORRÊA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 1-16, 2018.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder, in Machado, R, **Microfísica do Poder**, 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1995 [1979].

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 02 de setembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013 [1970]. 74 p.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In:* FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em Transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2019.

GAL, S. Making registers in politics: **Circulation and ideologies of linguistic authority. Journal of Sociolinguistics***, n.* 23, v. 5, p. 450–466, 2019.

GAL, S. **Registers in circulation: The social organization of interdiscursivity. Signs and Society***, n.* 6, v. 1, p. 1–24, 2018.

KALIL, Isabela. Notas sobre "Os fins da democracia": etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. **Ponto Urbe**, n. 22, s/p, 2018.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre, Zouk, 2019

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 294 p.

https://revistas.ufrj.br/index.php/rila/index

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. 1ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

SILVA, Danillo. **A linguagem contra a democracia**: registros discursivos antigênero na política do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Orientador: Vanderlei José Zacchi. 2022. 322 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2022.

SILVERSTEIN, Michael. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, P.; Hanks, W.; HOFBAUER, C. (Eds.). **The Elements**, p. 193-248. 1979. Chicago Linguistics Society.

SILVERSTEIN, M. The “push” of Lautgesetze, the “pull” of enregisterment. In: Coupland N, ed. **Sociolinguistics: Theoretical Debates**. Cambridge University Press; 2016:37-67.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *In*: **DEMOCRACIA em risco?:** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. cap. 19, p. 307-321.

https://revistas.ufri.br/index.php/rila/index